

ANEXO VI

GUIA DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLIPPING JORNALÍSTICO

PROCESSO Nº 33910.033237/2025-20

1. Disposições gerais

1.1. A fiscalização da execução contratual será realizada com base na verificação do cumprimento das obrigações previstas no contrato, no Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

1.2. A atuação da fiscalização terá caráter preventivo, orientador e corretivo, visando assegurar a adequada prestação dos serviços e o atendimento do interesse público.

1.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

2. Fiscalização inicial

2.1. No início da execução contratual, deverá ser realizada reunião de alinhamento entre a Administração e a contratada, com registro em ata, para definição dos fluxos operacionais, canais de comunicação e procedimentos de acompanhamento dos serviços.

2.2. A contratada deverá indicar formalmente o preposto responsável pela interlocução com a Administração, bem como disponibilizar os meios de contato necessários ao atendimento das demandas contratuais.

2.3. Deverá ser validada a metodologia de execução dos serviços, incluindo critérios de monitoramento, seleção e envio de conteúdos, periodicidade dos relatórios e formatos de entrega.

2.4. Deverá ser verificada a disponibilização e o adequado funcionamento das ferramentas tecnológicas necessárias à prestação dos serviços.

3. Fiscalização da execução dos serviços

3.1. O gestor e o fiscal do contrato deverão acompanhar o cumprimento dos prazos de envio dos conteúdos e relatórios previstos no contrato.

3.2. Deverá ser verificada a conformidade dos produtos entregues quanto à pertinência temática, abrangência das fontes monitoradas, clareza das informações e aderência às diretrizes estabelecidas pela Administração.

3.3. Eventuais falhas ou inconsistências deverão ser registradas em instrumento próprio de acompanhamento contratual.

3.4. A aferição dos resultados para fins de pagamento será realizada conforme os critérios estabelecidos no IMR.

4. Fiscalização administrativa

4.1. Antes da autorização do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da contratada junto ao SICAF ou mediante apresentação das certidões exigidas em contrato.

4.2. Deverá ser verificada a compatibilidade entre os serviços efetivamente prestados e os valores faturados.

5. Reuniões de acompanhamento

5.1. Poderão ser realizadas reuniões periódicas de avaliação da execução contratual, com o objetivo de promover ajustes operacionais e melhoria contínua dos serviços.

6. Providências em caso de descumprimento

6.1. Constatado o descumprimento de obrigações contratuais, a contratada deverá ser formalmente notificada para adoção das medidas corretivas cabíveis.

6.2. Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas as medidas previstas no contrato e na legislação aplicável, inclusive aplicação de sanções e ajustes no pagamento conforme o IMR.